

CRIAÇÃO DE CARNEIRO DE CORTE

 Cursoslivres



Noções de ciclo reprodutivo e coberturas na ovinocultura de corte

A reprodução eficiente é um dos pilares da produtividade na ovinocultura de corte. A compreensão básica do ciclo reprodutivo dos ovinos e das práticas de cobertura é essencial para garantir o nascimento regular de cordeiros, manter o equilíbrio do rebanho e otimizar os resultados econômicos da atividade. Criadores que dominam essas noções podem planejar melhor os acasalamentos, controlar os nascimentos, intensificar o manejo reprodutivo e aumentar a taxa de aproveitamento das fêmeas e dos reprodutores.

O **ciclo reprodutivo das ovelhas** é influenciado por fatores hormonais, ambientais e nutricionais. O ciclo estral, que é o período entre dois estros (cios), dura em média 17 dias, podendo variar entre 14 e 20 dias. O estro, ou cio, é a fase em que a fêmea se mostra receptiva ao macho, ocorrendo a ovulação em torno de 24 a 30 horas após o início dessa receptividade. A duração do cio costuma variar entre 24 e 36 horas, tempo durante o qual a fêmea pode ser coberta com maior probabilidade de fertilização.

A **estação de monta** em ovinos pode ser natural ou induzida. Em países de clima temperado, os ovinos apresentam sazonalidade reprodutiva, com maior fertilidade em dias mais curtos, o que se deve à sensibilidade à fotoperiodicidade. Já em regiões tropicais, como boa parte do Brasil, a maioria das raças apresenta atividade reprodutiva durante todo o ano, especialmente as raças deslanadas como Santa Inês, Morada Nova e Dorper. Essa característica permite maior flexibilidade no planejamento reprodutivo e possibilita múltiplas estações de monta ao longo do ano.

O manejo da **cobertura** envolve o momento e a forma como os acasalamentos são realizados. Existem três métodos principais: cobertura natural a campo, cobertura dirigida e inseminação artificial. A **cobertura natural a campo** é a mais simples e comum, sendo realizada quando os machos permanecem soltos com as fêmeas durante o período reprodutivo. Apesar da facilidade, esse método oferece menor controle sobre a data da

fecundação e a paternidade dos cordeiros, além de riscos de sobrecarga em alguns reprodutores.

Na **cobertura dirigida**, os acasalamentos são controlados, com o reprodutor sendo conduzido diariamente às fêmeas em cio previamente identificadas. Essa prática permite melhor aproveitamento do macho, maior controle sanitário, planejamento de partos e padronização de lotes. Já a **inseminação artificial**, embora ainda pouco difundida em rebanhos comerciais no Brasil, permite o uso intensivo de reprodutores geneticamente superiores, facilita o melhoramento genético e reduz riscos sanitários. Seu uso, no entanto, exige estrutura, técnica e mão de obra qualificada.

A detecção do cio é um passo fundamental no sucesso da cobertura dirigida e da inseminação artificial. Ela pode ser feita por observação direta do comportamento das fêmeas (aceitação do macho, inquietação, vocalização, cauda erguida) ou pelo uso de rufiões — carneiros vasectomizados que identificam as fêmeas em estro sem o risco de cobertura efetiva. A marcação com tinta ou giz na parte inferior do rufião permite visualizar quais fêmeas entraram no cio.

A **idade ideal para a cobertura das ovelhas** varia de acordo com a raça e as condições nutricionais, mas geralmente ocorre quando atingem 60 a 70% do peso adulto. Coberturas precoces podem comprometer o desenvolvimento corporal da matriz, enquanto coberturas muito tardias reduzem a eficiência do sistema de produção. Para os carneiros, a idade de início da reprodução gira em torno dos 10 a 12 meses, embora o pleno vigor reprodutivo seja alcançado um pouco mais tarde. É importante realizar exames andrológicos periódicos nos reprodutores para assegurar fertilidade, boa qualidade de sêmen e ausência de enfermidades nos órgãos genitais.

A **taxa de monta recomendada** para cobertura natural é, em média, de um carneiro para cada 25 a 40 fêmeas, dependendo da idade, da experiência do reprodutor, das condições físicas e do sistema de manejo. O excesso de fêmeas por macho pode comprometer a eficiência reprodutiva, enquanto o número reduzido representa subutilização do potencial genético e produtivo do carneiro.

Outro aspecto importante do manejo reprodutivo é o **planejamento das estações de monta e partos**, que permite organizar melhor os cuidados com gestantes, parturientes e cordeiros, bem como adequar o período de maior oferta de alimento ao pico das exigências nutricionais. Ao concentrar os partos, o produtor também facilita o controle sanitário, a comercialização dos cordeiros e a eficiência da mão de obra.

Em resumo, o domínio sobre o ciclo reprodutivo das ovelhas e as práticas de cobertura é indispensável para a profissionalização da ovinocultura de corte. A adoção de técnicas adequadas de manejo reprodutivo permite o aumento da taxa de natalidade, o melhor aproveitamento genético do rebanho e a sustentabilidade da atividade. Com planejamento, observação e apoio técnico, é possível alcançar bons índices reprodutivos mesmo em sistemas de produção com estrutura simplificada.

Referências bibliográficas

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *Reprodução de ovinos: manejo do ciclo estral e estratégias de cobertura*. Brasília: Embrapa Caprinos e Ovinos, 2020.

COSTA, R. G.; MEDEIROS, A. N. *Reprodução e melhoramento genético de pequenos ruminantes*. João Pessoa: UFPB, 2019.

SANTOS, N. M.; OLIVEIRA, M. E. *Manejo reprodutivo em ovinos de corte: práticas para sistemas tropicais*. Fortaleza: Instituto Federal do Ceará, 2021.

RIBEIRO, M. N.; LIMA, M. F. *Noções básicas de reprodução e estação de monta em ovinos*. Recife: EDUFRPE, 2022.

Seleção de matrizes e reprodutores na ovinocultura de corte

A seleção criteriosa de matrizes e reprodutores é uma etapa essencial no planejamento e no desenvolvimento de rebanhos ovinos destinados à produção de carne. A escolha adequada desses animais influencia diretamente a produtividade, a qualidade dos cordeiros, a eficiência reprodutiva, a resistência a doenças e a sustentabilidade do sistema de criação. Para obter bons resultados, o criador deve adotar critérios técnicos, zootécnicos e sanitários na formação e na renovação do plantel, respeitando as características raciais, as condições do ambiente e os objetivos do sistema de produção.

A **matriz** é a base do rebanho, sendo responsável pela gestação, parto, lactação e cuidados iniciais com os cordeiros. Por isso, deve reunir atributos que garantam boa fertilidade, habilidade materna, rusticidade e longevidade produtiva. A seleção das fêmeas deve priorizar animais que apresentem ciclo reprodutivo regular, histórico de partos múltiplos e bom desempenho no aleitamento dos cordeiros. O escore corporal adequado, sem excessos ou deficiências, também é um indicativo importante, pois influencia diretamente na capacidade reprodutiva e na resistência a doenças.

Matrizes com conformação corporal equilibrada, aprumos corretos e boa estrutura óssea são preferíveis, pois esses fatores contribuem para partos mais fáceis e menor incidência de problemas locomotores. Outro aspecto importante é a avaliação do aparelho mamário: tetas bem implantadas, simétricas e funcionais garantem melhor amamentação e reduzem o risco de mastites. Em rebanhos comerciais, deve-se evitar a reprodução de fêmeas com histórico de abortos, partos distócicos ou baixa habilidade materna, pois tais características tendem a ser transmitidas às gerações seguintes.

A **seleção de reprodutores**, por sua vez, exige ainda mais rigor, já que um único carneiro pode cobrir dezenas de fêmeas por estação de monta, influenciando fortemente a genética do rebanho. O reprodutor ideal deve apresentar excelente conformação de carcaça, precocidade sexual, alto índice

de fertilidade, bom temperamento e ausência de defeitos congênitos. A observação direta, aliada ao uso de registros zootécnicos e avaliações de desempenho, permite identificar animais com maior potencial genético.

Antes de iniciar sua utilização, o reprodutor deve passar por exame andrológico completo, realizado por médico veterinário, que inclui a avaliação dos testículos, epidídimos, sêmen e órgãos acessíveis do aparelho reprodutivo. O exame garante que o animal esteja apto a desempenhar sua função sem transmitir enfermidades ou apresentar infertilidade. É igualmente importante manter um programa sanitário rigoroso, com controle de doenças reprodutivas, vacinação e controle parasitário, tanto para os carneiros quanto para as matrizes.

Além das características individuais, o histórico genético do animal é um recurso valioso na seleção. A origem do reprodutor, os dados de desempenho de seus ascendentes e descendentes, bem como sua participação em programas de melhoramento genético, podem fornecer indicações consistentes sobre o seu valor zootécnico. A compra de reprodutores de criatórios certificados ou com registro genealógico é uma estratégia que aumenta a segurança da seleção.

Em sistemas de produção mais tecnificados, a **avaliação de características genéticas** como ganho de peso, rendimento de carcaça, resistência a verminoses e prolificidade pode ser feita por meio de programas de melhoramento genético e análise de dados quantitativos. A inseminação artificial e a transferência de embriões são técnicas que ampliam o uso de reprodutores superiores, permitindo a disseminação de genes de alto valor em curto espaço de tempo, embora ainda sejam pouco utilizadas em rebanhos comerciais de pequeno porte.

A **renovação constante do plantel** é igualmente necessária para manter a vitalidade do rebanho. Recomenda-se substituir anualmente cerca de 20 a 30% das matrizes mais antigas ou menos produtivas, introduzindo fêmeas jovens selecionadas a partir do próprio rebanho ou adquiridas de fontes confiáveis. Já os reprodutores devem ser utilizados por no máximo três a

quatro estações de monta consecutivas no mesmo rebanho, a fim de evitar consanguinidade e preservar a diversidade genética.

A seleção de matrizes e reprodutores não deve ser vista como uma ação pontual, mas como um processo contínuo e estratégico. Os critérios adotados devem estar alinhados com os objetivos do produtor, as exigências do mercado consumidor e as condições ambientais da propriedade. A valorização de características funcionais, produtivas e sanitárias é a chave para a construção de um rebanho equilibrado, competitivo e capaz de gerar cordeiros de qualidade com regularidade.

Portanto, investir na seleção criteriosa de animais reprodutores é uma das formas mais seguras e rentáveis de promover o avanço genético, melhorar os índices produtivos e assegurar a sustentabilidade da ovinocultura de corte no médio e longo prazo.

Referências bibliográficas

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *Melhoramento genético e seleção de ovinos de corte*. Brasília: Embrapa Caprinos e Ovinos, 2021.

COSTA, R. G.; MEDEIROS, A. N. *Zootecnia de ovinos: princípios de seleção e reprodução*. João Pessoa: UFPB, 2020.

SANTOS, N. M.; OLIVEIRA, M. E. *Critérios de escolha de matrizes e reprodutores em sistemas de criação ovina*. Fortaleza: Instituto Federal do Ceará, 2019.

RIBEIRO, M. N.; LIMA, M. F. *Planejamento reprodutivo e seleção genética em ovinos de corte*. Recife: EDUFRPE, 2022.

Aspectos básicos de melhoramento genético na ovinocultura de corte

O melhoramento genético é uma ferramenta estratégica na ovinocultura de corte, voltada à seleção de animais com características desejáveis que possam ser transmitidas às gerações seguintes. Seu objetivo principal é promover o avanço genético do rebanho, elevando os índices de produtividade, eficiência alimentar, qualidade da carne, resistência a doenças e adaptação às condições ambientais. Ao aplicar corretamente os princípios do melhoramento genético, o produtor consegue formar um rebanho mais uniforme, rentável e compatível com as exigências do mercado consumidor.

O processo de melhoramento genético baseia-se na **seleção e reprodução de indivíduos superiores**, ou seja, aqueles que expressam características vantajosas em relação ao restante do grupo. Esses animais são identificados por meio de avaliações visuais, produtivas e genéticas. As características mais buscadas na ovinocultura de corte incluem o ganho de peso diário, o rendimento e a conformação de carcaça, a fertilidade, a habilidade materna, a precocidade sexual e a resistência a enfermidades, especialmente as parasitárias.

A **seleção fenotípica** é a forma mais simples e tradicional de melhoramento genético, baseada na observação das características físicas dos animais, como estrutura corporal, musculatura, aprumos, escore corporal e condição geral de saúde. Embora acessível, esse método possui limitações, já que o desempenho visual nem sempre reflete o potencial genético do indivíduo. Por essa razão, a seleção deve ser complementada com registros zootécnicos que permitam analisar o desempenho do animal ao longo do tempo e comparar seus resultados com os de outros membros do rebanho.

A **seleção com base em informações genealógicas e de desempenho** é uma prática mais precisa, pois permite avaliar o histórico produtivo de cada animal e seus ancestrais. Com esse método, é possível identificar linhagens com melhores índices reprodutivos, crescimento mais rápido e maior resistência a doenças. O uso de programas de controle e avaliação genética,

como os desenvolvidos por instituições públicas e associações de criadores, é um recurso valioso para essa finalidade. Esses programas permitem calcular valores genéticos estimados (DEPs) que indicam o potencial de transmissão de determinadas características aos descendentes.

Além da seleção, outro pilar do melhoramento genético é a **reprodução dirigida**, que inclui o acasalamento entre animais com características complementares. Essa prática pode ser feita de forma natural, com controle rigoroso da cobertura, ou por meio de tecnologias reprodutivas como a inseminação artificial e a transferência de embriões. Tais técnicas permitem a disseminação do material genético de reprodutores de alto valor, aumentando a velocidade do progresso genético e reduzindo os riscos sanitários associados à movimentação de animais vivos.

A **inseminação artificial** ainda é pouco difundida na ovinocultura brasileira, devido ao custo e à necessidade de capacitação técnica, mas vem sendo incentivada em sistemas tecnificados. Já a **transferência de embriões** é uma técnica avançada que permite multiplicar matrizes geneticamente superiores, embora seu uso ainda esteja restrito a rebanhos de elite ou a centros de pesquisa.

É fundamental ressaltar que o melhoramento genético deve respeitar a **diversidade genética do rebanho**. O uso excessivo de um único reprodutor ou de acasalamentos entre animais aparentados pode levar à consanguinidade, com consequências negativas como má-formação, redução da fertilidade e maior suscetibilidade a doenças. A diversidade genética assegura a vitalidade do rebanho e amplia as possibilidades de seleção.

Outro aspecto importante é o **alinhamento do melhoramento genético com as condições ambientais e os objetivos da propriedade**. Animais altamente produtivos em ambientes controlados podem não expressar o mesmo desempenho em sistemas extensivos, onde a rusticidade e a resistência são tão ou mais importantes que o ganho de peso. Por isso, a seleção deve considerar o ambiente em que os animais serão criados e os recursos disponíveis para manejo, alimentação e sanidade.

O **registro dos dados zootécnicos**, como peso ao nascimento, ao desmame, ao abate, número de cordeiros nascidos, intervalos entre partos, mortalidade e escore corporal, é uma ferramenta indispensável para o controle do melhoramento genético. Esses dados permitem identificar tendências, corrigir falhas no manejo reprodutivo e ajustar as estratégias de seleção. Além disso, facilitam a tomada de decisões mais seguras na escolha de matrizes e reprodutores.

Em suma, os aspectos básicos do melhoramento genético envolvem a identificação de animais superiores, a coleta e o uso de informações zootécnicas confiáveis, a reprodução planejada e a manutenção da variabilidade genética. Com dedicação, planejamento e apoio técnico, é possível construir um rebanho com alto valor genético, capaz de responder positivamente às exigências do mercado e aos desafios do sistema de produção. O investimento em genética é, portanto, uma estratégia de médio e longo prazo que traz retorno consistente em produtividade, qualidade e rentabilidade.

Referências bibliográficas

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *Melhoramento genético de ovinos: conceitos e práticas*. Brasília: Embrapa Caprinos e Ovinos, 2021.

COSTA, R. G.; MEDEIROS, A. N. *Genética e melhoramento de pequenos ruminantes*. João Pessoa: UFPB, 2020.

SANTOS, N. M.; OLIVEIRA, M. E. *Bases do melhoramento genético aplicadas à ovinocultura de corte*. Fortaleza: Instituto Federal do Ceará, 2019.

RIBEIRO, M. N.; LIMA, M. F. *Princípios de seleção e melhoramento genético em ovinos comerciais*. Recife: EDUFRPE, 2022.

Doenças comuns e vacinação preventiva na ovinocultura de corte

A sanidade dos ovinos de corte é um dos pilares para o sucesso produtivo, sendo determinante para a qualidade da carne, a sustentabilidade do sistema de criação e a rentabilidade da atividade. A criação de ovinos está sujeita a uma série de doenças que, se não forem prevenidas e controladas adequadamente, podem comprometer o desempenho dos animais, elevar a mortalidade e causar sérios prejuízos econômicos. Dentre as medidas mais eficazes de prevenção, a vacinação preventiva ocupa papel central, especialmente em sistemas de criação que priorizam o manejo sanitário coletivo e a redução do uso indiscriminado de medicamentos.

As **doenças infecciosas** e **parasitárias** são as principais causas de morbidade e mortalidade em rebanhos ovinos. Dentre as mais frequentes, destaca-se a **enterotoxemia**, causada por *Clostridium perfringens* tipo D, uma bactéria que vive normalmente no intestino dos ovinos, mas que, em determinadas condições de dieta rica em energia, pode se multiplicar rapidamente e liberar toxinas letais. A doença é comum em cordeiros em fase de crescimento acelerado e animais em confinamento. Os sinais clínicos incluem morte súbita, dificuldades respiratórias, diarreia e convulsões, sendo a vacinação preventiva a forma mais eficiente de controle.

Outra enfermidade relevante é o **tétano**, causado por *Clostridium tetani*, geralmente associado a feridas contaminadas, como as causadas por castrações, cortes ou partos complicados. Os sinais clínicos incluem rigidez muscular, dificuldade de locomoção e sensibilidade ao toque. A vacinação preventiva, geralmente aplicada em conjunto com a vacina contra a enterotoxemia, é uma medida indispensável, especialmente antes de procedimentos cirúrgicos.

A **linfadenite caseosa**, causada pela bactéria *Corynebacterium pseudotuberculosis*, é outra doença importante na ovinocultura. Ela provoca abscessos em linfonodos e órgãos internos, afetando o crescimento dos animais e comprometendo a comercialização da carne. A transmissão ocorre

principalmente por contato com feridas abertas e secreções. Embora a cura seja difícil, a vacinação pode reduzir a incidência da doença no rebanho e, combinada com o descarte seletivo de animais infectados, constitui uma estratégia eficaz de controle.

Doenças virais como o **ectima contagioso** (popularmente conhecido como "boqueira") também merecem atenção. Causada por um poxvírus, essa enfermidade provoca lesões crostosas nos lábios, gengivas, úbere e patas dos animais, podendo dificultar a alimentação e o aleitamento, além de aumentar a vulnerabilidade a infecções secundárias. A vacina contra o ectima deve ser aplicada em rebanhos com histórico da doença, especialmente em cordeiros e fêmeas prenhes, como medida de contenção e prevenção.

Além das doenças infecciosas, as **verminoses gastrointestinais** representam um dos principais desafios sanitários na ovinocultura, principalmente em regiões tropicais. Parasitas como *Haemonchus contortus* causam anemia, perda de peso, fraqueza e, em casos mais graves, a morte dos animais. O controle deve ser feito de forma estratégica, com vermifugação baseada na avaliação do escore de mucosas (técnica Famacha), rotação de pastagens, seleção genética de animais resistentes e manejo alimentar adequado. Embora não existam vacinas comerciais amplamente disponíveis para esses parasitas no Brasil, o manejo integrado é fundamental para sua prevenção.

Em sistemas de criação mais tecnificados, o uso de **calendários vacinais planejados** é essencial para manter a imunidade coletiva do rebanho. A primeira dose da vacina múltipla clostridiana (que protege contra enterotoxemia, tétano, entre outras formas de clostridiose) deve ser aplicada por volta de 30 a 45 dias de idade, seguida por um reforço após 30 dias. As fêmeas gestantes devem ser vacinadas aproximadamente um mês antes do parto, garantindo a passagem de anticorpos ao cordeiro por meio do colostro. A revacinação anual é recomendada para manter níveis adequados de proteção.

Outro cuidado importante é a **manipulação e conservação adequada das vacinas**, que devem ser armazenadas em temperatura entre 2°C e 8°C, longe da luz solar, e aplicadas com seringas e agulhas esterilizadas. A aplicação

deve ser feita preferencialmente na tábua do pescoço, seguindo as orientações do fabricante quanto à dosagem e à via de administração.

Além das vacinas obrigatórias ou recomendadas de acordo com a região, o produtor deve estar atento à ocorrência de surtos e à orientação dos serviços de defesa sanitária animal. A adoção de práticas de biossegurança, como a quarentena de novos animais, o controle de visitantes e veículos na propriedade e a limpeza regular das instalações, complementa as estratégias preventivas e reduz significativamente o risco de disseminação de doenças.

Em resumo, o controle eficaz das doenças mais comuns em ovinos e a implementação de um programa de vacinação preventiva estruturado são medidas indispensáveis para garantir a produtividade, o bem-estar animal e a qualidade da carne ovina. O acompanhamento técnico, a educação continuada dos trabalhadores e a adoção de práticas sanitárias integradas devem ser constantes em qualquer sistema de criação comprometido com a sanidade e a longevidade do rebanho.

Referências bibliográficas

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *Sanidade de ovinos: principais doenças e vacinação preventiva*. Brasília: Embrapa Caprinos e Ovinos, 2020.

SANTOS, N. M.; OLIVEIRA, M. E. *Manejo sanitário de ovinos de corte: práticas essenciais para pequenos e médios produtores*. Fortaleza: Instituto Federal do Ceará, 2019.

COSTA, R. G.; MEDEIROS, A. N. *Controle sanitário em ovinos: verminoses, clostridioses e biossegurança*. João Pessoa: UFPB, 2021.

RIBEIRO, M. N.; LIMA, M. F. *Doenças infecciosas em ovinos e estratégias de vacinação preventiva*. Recife: EDUFRPE, 2022.

Controle parasitário básico na ovinocultura de corte

O controle parasitário é uma das práticas fundamentais para a manutenção da saúde e da produtividade em rebanhos de ovinos de corte. Os parasitas, especialmente os gastrointestinais, representam um dos maiores desafios sanitários da ovinocultura, sendo responsáveis por perdas econômicas significativas em virtude de redução de ganho de peso, queda na eficiência alimentar, aumento da mortalidade e maior suscetibilidade a outras doenças. Para garantir o bem-estar animal, melhorar o desempenho produtivo e reduzir os custos com tratamentos corretivos, é essencial adotar estratégias preventivas e integradas de controle parasitário.

Os **parasitas internos**, principalmente os helmintos que habitam o trato gastrointestinal dos ovinos, são os mais preocupantes do ponto de vista clínico e zootécnico. O principal agente envolvido em infestações graves é o *Haemonchus contortus*, também conhecido como "verme do abomaso" ou "verme hematófago", que se alimenta de sangue e pode causar anemia severa, letargia, mucosas pálidas e até a morte, especialmente em cordeiros e animais debilitados. Outros parasitas comuns incluem *Trichostrongylus spp.* e *Cooperia spp.*, que provocam distúrbios digestivos, perda de apetite e diarreia.

O **controle tradicional baseado apenas na vermifugação sistemática** mostrou-se ineficiente a longo prazo, principalmente devido ao desenvolvimento da resistência dos parasitas aos princípios ativos dos anti-helmínticos. O uso frequente e sem critério de vermífugos contribuiu para a seleção de parasitas resistentes, tornando os tratamentos cada vez menos eficazes. Diante disso, passou-se a recomendar o **controle parasitário estratégico e seletivo**, que combina manejo adequado, avaliação clínica e uso racional de medicamentos.

Entre as principais práticas de controle moderno está o uso da **técnica FAMACHA**, que consiste na avaliação da coloração das mucosas oculares dos ovinos para identificar sinais de anemia, indicando o nível de infestação

pelo *Haemonchus contortus*. Através de uma escala visual padronizada, o criador consegue decidir quais animais devem ser vermifugados, tratando apenas aqueles realmente afetados. Isso reduz a pressão de seleção por resistência e preserva a eficácia dos medicamentos.

Outra ferramenta importante é o **manejo rotativo de pastagens**, que visa reduzir a carga parasitária no ambiente. Como os ovos dos parasitas são eliminados nas fezes e desenvolvem-se nas pastagens, a alternância entre piquetes permite a interrupção do ciclo de vida dos helmintos, reduzindo a recontaminação. O ideal é que o pastejo ocorra em áreas com altura adequada e tempo suficiente de descanso, além de, se possível, realizar o rodízio com outras espécies animais menos suscetíveis, como bovinos.

O **uso de genética como ferramenta de controle** também tem se mostrado promissor. Raças nativas, como Santa Inês e Morada Nova, demonstram maior resistência natural a parasitas em comparação com raças exóticas mais produtivas. A seleção de matrizes e reprodutores com menor carga parasitária e melhor resposta imunológica contribui para a formação de rebanhos mais resistentes, reduzindo a necessidade de tratamentos químicos.

A **alimentação adequada** e o bom estado nutricional dos animais são igualmente fundamentais para o controle parasitário. Ovinos bem nutridos apresentam melhor resposta imunológica, recuperam-se mais rapidamente de infestações e sofrem menos com os efeitos clínicos dos parasitas. A suplementação com minerais, especialmente ferro, cobre e zinco, tem papel relevante na resistência às verminoses, devendo ser ajustada de acordo com as características do solo e da pastagem da região.

Quanto à **verminfugação propriamente dita**, recomenda-se o uso rotativo de princípios ativos de diferentes classes farmacológicas, como benzimidazóis, lactonas macrocíclicas e imidazotiazóis, para minimizar o risco de resistência. Os tratamentos devem ser baseados em diagnósticos clínicos e laboratoriais, e não em calendários fixos. A dosagem correta, o peso atualizado dos animais e a aplicação adequada do produto são fatores decisivos para a eficácia do tratamento.

Além dos parasitas internos, é necessário monitorar e controlar os **parasitas externos**, como carrapatos, piolhos e ácaros, que causam dermatites, irritações, perda de lã e podem atuar como vetores de doenças. O controle inclui banhos com ectoparasiticidas, inspeções regulares, uso de instalações higienizadas e cuidados com a origem dos animais introduzidos no rebanho.

O **registro e o monitoramento constante do estado sanitário** do rebanho são práticas complementares e indispensáveis. Anotar os tratamentos realizados, os princípios ativos utilizados, as datas de aplicação e os resultados observados permite avaliar a eficácia das medidas adotadas e tomar decisões mais informadas sobre o manejo sanitário.

Em resumo, o controle parasitário básico na ovinocultura de corte deve ser integrado, estratégico e preventivo. A combinação de técnicas como o uso racional de vermífugos, o manejo de pastagens, a seleção genética, a alimentação equilibrada e a observação clínica permite reduzir significativamente os impactos negativos das verminoses, promover o bem-estar animal e garantir a produtividade do sistema. Com o apoio técnico adequado e o comprometimento do produtor, é possível desenvolver programas sanitários eficazes e sustentáveis.

Referências bibliográficas

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *Controle parasitário em ovinos: práticas sustentáveis e estratégias integradas*. Brasília: Embrapa Caprinos e Ovinos, 2021.

SANTOS, N. M.; OLIVEIRA, M. E. *Sanidade e verminoses em ovinos de corte: manejo e prevenção*. Fortaleza: Instituto Federal do Ceará, 2020.

COSTA, R. G.; MEDEIROS, A. N. *Manejo sanitário de pequenos ruminantes no semiárido brasileiro*. João Pessoa: UFPB, 2019.

RIBEIRO, M. N.; LIMA, M. F. *Resistência anti-helmíntica e controle integrado em ovinos*. Recife: EDUFRPE, 2022.

Comercialização da carne e exigências de mercado na ovinocultura de corte

A comercialização da carne ovina é uma etapa decisiva no ciclo produtivo da ovinocultura de corte, representando a concretização dos esforços investidos em genética, manejo, nutrição e sanidade ao longo da criação. Entretanto, para que essa carne chegue ao consumidor de forma competitiva, segura e valorizada, é necessário que o produtor compreenda e atenda às exigências do mercado, que incluem padrões de qualidade, regularidade de fornecimento, conformidade sanitária e adequação às preferências do público-alvo. O sucesso comercial da atividade depende, portanto, tanto da eficiência produtiva quanto da capacidade de inserção estratégica nas cadeias de distribuição e consumo.

A **carne ovina**, embora ainda tenha menor participação no mercado em comparação com a carne bovina, suína e de frango, apresenta crescente valorização em nichos específicos, como restaurantes especializados, consumidores preocupados com saúde e gastronomia de alto padrão. No Brasil, o consumo per capita ainda é modesto, mas vem crescendo em função da melhoria dos processos de criação e da diversificação da oferta. Para atender essa demanda, é necessário garantir **padronização do produto**, o que exige controle rigoroso desde a produção até o abate e a distribuição.

Um dos principais requisitos para a comercialização da carne é a **idade e o peso ao abate**. O mercado consumidor valoriza carne de animais jovens, geralmente cordeiros com até 12 meses de idade, que apresentam carne mais macia, sabor suave e menor teor de gordura. A padronização desses parâmetros contribui para a fidelização do consumidor e facilita o acesso a canais de venda mais exigentes, como supermercados e distribuidores de carne premium. Por isso, o planejamento da engorda e o monitoramento do ganho de peso são práticas essenciais na fase de terminação.

Outro aspecto relevante é a **qualidade da carcaça**, que deve obedecer a critérios como conformação, cobertura de gordura e rendimento. Esses elementos são avaliados nos frigoríficos e impactam diretamente no preço

pago ao produtor. A conformidade com esses padrões requer genética apropriada, alimentação balanceada e manejo adequado. Animais magros ou com excesso de gordura são penalizados, tanto em valor de mercado quanto em aceitação do consumidor final.

A **logística de abate e transporte** também influencia na qualidade da carne e nas condições de comercialização. O transporte dos ovinos deve respeitar normas de bem-estar animal, evitando estresse, contusões e perdas de peso. O abate deve ocorrer em estabelecimentos devidamente registrados e fiscalizados pelos órgãos competentes, como os Serviços de Inspeção Federal (SIF), Estadual (SIE) ou Municipal (SIM), dependendo da abrangência da comercialização. A presença de selo de inspeção é obrigatória para garantir a segurança alimentar e a legalidade da comercialização, sobretudo quando a carne se destina a mercados formais.

O **acesso ao mercado consumidor** pode ocorrer de diversas formas, entre elas a venda direta ao consumidor, a comercialização para açougues e supermercados, o fornecimento a frigoríficos ou o abate e processamento em cooperativas. A escolha da melhor estratégia depende do perfil do produtor, da escala de produção, da infraestrutura disponível e das exigências legais. A venda direta, por exemplo, pode oferecer maior margem de lucro, mas exige investimento em marketing, embalagem, transporte e atendimento ao cliente. Já a venda para frigoríficos tende a oferecer menor remuneração, mas garante regularidade e menor complexidade logística.

O **atendimento às exigências sanitárias e legais** é outro ponto fundamental. A rastreabilidade, o controle zootécnico e o cumprimento das normas de bem-estar animal estão cada vez mais presentes nas exigências de compradores e consumidores. O uso racional de medicamentos, o descarte correto de resíduos e a adoção de práticas sustentáveis de produção agregam valor ao produto e facilitam o acesso a programas de certificação, selos de qualidade e políticas públicas de incentivo.

Além disso, há crescente valorização de produtos de **origem controlada**, com certificações de procedência, produção orgânica ou agroecológica, especialmente em mercados mais sofisticados e em exportações. O Brasil

ainda enfrenta desafios para ampliar a participação da carne ovina no mercado internacional, devido à fragmentação da cadeia produtiva, à baixa escala de produção e à ausência de padronização em algumas regiões. No entanto, iniciativas regionais de integração de produtores, como cooperativas e associações, têm mostrado bons resultados na organização da oferta e na melhoria da competitividade.

Em regiões onde a produção ainda é mais artesanal, como em muitas áreas do semiárido, o fortalecimento da comercialização passa pela capacitação dos produtores, pela estruturação de redes locais de abate e distribuição, e pelo incentivo ao consumo regional. A valorização da cultura alimentar e das raças nativas pode representar diferencial importante, associando o produto a atributos como tradição, sustentabilidade e identidade territorial.

Portanto, a comercialização da carne ovina exige planejamento, organização e profissionalismo. Desde a produção até a entrega ao consumidor, é preciso atender aos critérios de qualidade, segurança, legalidade e apresentação. Ao mesmo tempo, é necessário compreender as dinâmicas do mercado e adaptar-se às suas exigências, buscando diferenciação, agregação de valor e integração com outros elos da cadeia produtiva. Dessa forma, a ovinocultura de corte pode se consolidar como uma atividade economicamente viável, tecnicamente eficiente e alinhada às tendências contemporâneas de consumo.

Referências bibliográficas

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *Comercialização da carne ovina: orientações para produtores e cooperativas*. Brasília: Embrapa Caprinos e Ovinos, 2020.

SANTOS, N. M.; OLIVEIRA, M. E. *Cadeia produtiva da carne ovina no Brasil: desafios e oportunidades*. Fortaleza: Instituto Federal do Ceará, 2019.

COSTA, R. G.; MEDEIROS, A. N. *Qualidade de carne e exigências de mercado na ovinocultura de corte*. João Pessoa: UFPB, 2021.

RIBEIRO, M. N.; LIMA, M. F. *Mercado da carne ovina e estratégias de comercialização no Brasil*. Recife: EDUFRPE, 2022.